RAFAEL FERREIRA FUMELLI MONTI

**A INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA
NA REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS:**

Uma análise econômico-legal.

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Doutora Rachel Sztajn

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

RAFAEL FERREIRA FUMELLI MONTI

**A INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA
NA REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS.**

Uma análise Econômico-legal.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação da Professora Associada Doutora Rachel Sztajn.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Não autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Monti, Rafael Ferreira Fumelli

A inobservância do princípio da autonomia privada na revisão judicial dos contratos: uma análise econômico-legal. / Rafael Ferreira Fumelli Monti ; orientadora Rachel Sztajn -- São Paulo, 2018.

185 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Comercial) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Análise Econômica do Direito. 2. Autonomia Privada. 3. Boa-fé. 4. Revisão judicial. 5. Onerosidade excessiva. I. Sztajn, Rachel, orient. II. Título.

*À meus queridos avós, José, Ednir, Ariel
e Ivete, pela inspiração permanente.*

AGRADECIMENTOS

É flagrante o anseio pela redação desse trecho da dissertação por ser, usualmente, deixado para o fim da jornada. Afinal de contas, somente após superar todos os percalços da pesquisa é que se sabe, ao certo, quem agradecer. Contudo, a leitura dessa mesma seção em outras obras nos faz perceber que alguns autores o fazem com aparente pressa. Esse não é o caso.

Embora seja recorrente afirmar que a conclusão de estudos desse porte é trabalho solitário, não há outra maneira de confirmar essa tese senão de forma empírica. Dito isso, afirmo: é, sim, solitário. Contudo arrisco-me a dizer que não há um acadêmico sequer que seja capaz de completar a tarefa sozinho.

Nesse sentido cabe, primeiramente, agradecer à Professora Rachel Sztajn por ter me aceitado como seu orientando, bem como pela paciência e atenção ao longo desses últimos anos. Agradeço, sobretudo, pela pertinência e precisão de seus comentários e por ter despertado interesses que levaram o enquadramento do tema no âmbito da Análise Econômica do Direito.

Como não poderia deixar de ser, presto homenagem aos bibliotecários da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEAUSP pelo auxílio com a pesquisa bibliográfica, e da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP, nominalmente à Erinalva, Maria Lúcia e Maria dos Remédios, pelo esforço constante em ajudar que os mistérios da ABNT fossem superados, cabendo, adicionalmente, agradecer o apoio insitucional da Fundação Getúlio Vargas – FGV e do Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, que ao permitir acesso irrestrito a seus respectivos acervos contribuíram de forma substancial para elaboração dessa dissertação.

Deixo agradecimentos expressos também ao Professor Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa por ter acolhido nas Arcadas esse até então alienígena, que iniciou o curso participando na condição de aluno especial nas disciplinas ministradas em conjunto à Professora Rachel e ao Professor Marcos Paulo de Almeida Salles, esse último responsável, no primeiro seminário de um calouro tardio, por questionar as razões que me levaram usar determinada expressão e não outra, dando o tom do rigor acadêmico da Faculdade, pelo que sou grato até hoje.

Agradeço meus pais, Ariel e Ana, e meu irmão, Daniel, por terem compreendido, respeitado e incentivado essa empreitada, assim como meus avós, a quem nominalmente dediquei o resultado final. No que cabe um agradecimento especial às minhas avós, Ednir e Ivete, que, por obra do destino, infelizmente não puderam ver esse texto em sua versão derradeira.

Ao amigo de infância, Eduardo, pelas conversas amenas que ajudaram a desanuviar a mente e pelos conselhos, nunca seguidos, para melhor balancear lazer e estudos.

Ao pequeno Ozzy que, no exercício das funções de melhor amigo do Homem, foi companheiro inseparável nas (não poucas) vezes que a leitura do referencial bibliográfico invadiu as madrugadas.

À Maria Olímpia, Beatriz, Mariana e Franciele, por terem entendido e nunca questionado as diversas vezes que não pude estar presente.

Aos meus colegas de trabalho, Erika Patara e Nézio Boldo, que ao questionarem minha sanidade quase diariamente ajudaram-me a mantê-la, e à Maria Heloísa Betti Antiori, pelo auxílio nas questões da vida e importantíssimo papel que exerceu para que esse estudo fosse concluído.

Por fim, Gabriela, companheira de todas as horas e quem, sem sombra de dúvidas, mais foi afetada pela dedicação acadêmica exigida. Quem teve o convívio diário ceifado, experimentando ora ausência física, ora ausência de espírito, ora as duas coisas. Quem, dentre todas as contradições possíveis, era, ao mesmo tempo, o maior incentivo para que a pesquisa chegasse ao fim e o melhor dos motivos para que ela fosse interrompida. Quem tratou de se preocupar com tudo para que pudesse me preocupar apenas com a dissertação. À ela deixo muito mais que agradecimentos: deixo meu carinho, meu respeito e minha admiração. À Gabriela deixo todo meu amor.

“Economy beat sentiment and benevolence”

Sir Edwin Chadwick

RESUMO

MONTI, Rafael Ferreira Fumelli. A inobservância do princípio da autonomia privada na revisão judicial dos contratos: uma análise econômico-legal. 2018. 185 páginas. Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente dissertação tem como proposta analisar de forma crítica as hipóteses em que a revisão judicial dos contratos ocorre sem a devida observância ao princípio da autonomia privada, especialmente no que tange às relações contratuais entre partes empresárias. Para tanto, o arcabouço teórico finca suas bases na Análise Econômica do Direito, reconhecendo a importância das instituições e a relevância dos custos de transação nas escolhas dos agentes econômicos, estudando o fenômeno do contrato como instrumento para a regular e voluntária circulação de riqueza pautado pela busca da eficiência econômica. Considera-se, também, o contrato incompleto como reflexo da limitação cognitiva dos agentes econômicos que dá ensejo à integração contratual pautada em conceitos legais indeterminados e de difícil definição, resultando na proliferação de decisões judiciais baseadas em convicções pessoais do julgador. Outrossim, em atenção aos conceitos da revisão judicial, abordaremos as questões relativas às teorias revisionistas alemã, francesa e italiana, haja vista sua influência na elaboração do ordenamento jurídico pátrio, apontando a relevância dos usos e costumes na interpretação dos contratos empresariais e a necessidade de respeito aos preceitos da autonomia privada e da força obrigatória dos pactos (*pacta sunt servanda*). Por fim, dedicaremos espaço à verificação das limitações que devem ser impostas à revisão judicial dos contratos entre partes empresárias, a às bases da teoria da quebra eficiente.

Palavras-chave: análise econômica do direito. autonomia privada. *pacta sunt servanda*. boa-fé objetiva. função econômica e social. usos e costumes. onerosidade excessiva. revisão judicial.

ABSTRACT

MONTI, Rafael Ferreira Fumelli. Non-observance of the private autonomy principle in judicial revision of contracts: a legal-economic analysis. 2018. 185 pages, Master of Law. University of São Paulo Law School, São Paulo, 2018.

The purpose of this dissertation is to critically analyze the hypotheses in which judicial revision of contracts occurs without due respect for private autonomy principle, especially regarding contractual relations between business parties. To this end, the theoretical framework bases its foundations on the Economic Analysis of Law, recognizing the importance of institutions and the relevance of transaction costs in the choices of economic agents, studying the contract phenomenon as a tool for the regular and voluntary circulation of wealth ruled by the search for economic efficiency. The incomplete contract is also considered as a reflection of the cognitive limitation of the economic agents that gives rise to contractual integration based legal concepts that are indeterminate and difficult to define, resulting in the proliferation of judicial decisions based on personal convictions of the judge. Also, in the light of the concepts of judicial revision, we will deal with issues related to German, French and Italian revisionist theories, given their influence in the elaboration of the national legal order, pointing out the relevance of trade usages in the interpretation of business contracts and the need to respect for the precepts of private autonomy and the binding force of the pacts (*pacta sunt servanda*). Finally, we will devote space to the verification of the limitations that must be imposed on the judicial revision of contracts between business parties, and to the bases of the theory of efficient breach.

Key words: economic analysis of law. private autonomy. *pacta sunt servanda*. good faith. economic and social function. trade usages. excessive burden. judicial revision.

Nome: MONTI, Rafael Ferreira Fumelli

Título: A inobservância do princípio da autonomia privada na revisão judicial dos contratos:
uma análise econômico-legal.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito Comercial.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. DIREITO, ECONOMIA E CONTRATOS.	23
2.1. Considerações sobre a análise Econômica do Direito.	23
2.2. Economia dos Custos de Transação.....	39
2.3. A análise econômica no contexto do Direito Contratual.....	45
2.3.1. O contrato como meio para voluntária circulação de bens ou riquezas.....	51
2.4. Eficiência e utilidade.	57
2.4.1. A noção de utilidade e sua mensuração.	60
2.4.2. Eficiência segundo critérios de Pareto e Kaldor-Hicks.	63
2.5. Os contratos incompletos.....	64
2.5.1. Assimetria de Informação, racionalidade limitada e oportunismo.	68
2.5.2. Incompletude jurídica e incompletude econômica.	77
3. INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS.	80
3.1. Autonomia privada e pacta sunt servanda.....	83
3.2. Os Usos e costumes no Direito.....	88
3.2.1. Os Costumes e o Direito Comercial.....	90
3.2.2. A valoração dos usos e costumes como fonte do Direito.	95
3.3. Boa-fé objetiva e função social.	96
4. FUNDAMENTOS DA REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS.	108
4.1. As origens da cláusula rebus sic stantibus.	108
4.2. As teorias revisionistas do direito estrangeiro.	112
4.2.1. Teoria da Imprevisão: a resposta Francesa.	113
4.2.2. A Teoria da pressuposição e base do negócio: a resposta alemã.....	116
4.2.3. Onerosidade excessiva e pressuposição: a resposta italiana.....	125
4.3. A recepção da teoria pelo Direito Brasileiro.....	130
4.4. O modelo jurídico da revisão.	132
5. LIMITES DA REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS ...	135
5.1. A revisão dos contratos interempresariais.....	135
5.2. O problema dos conceitos legais indeterminados.....	143
5.3. A imposição do dever de renegociar	150
5.4. Revisão no âmbito da dependência econômica entre partes empresárias	155

5.5. Quebra eficiente dos contratos.	159
5.5.1. Os casos relativos aos contratos de soja verde.....	162
5.5.2. O Generation Scaling Factor no mercado de energia elétrica.....	164
6. CONCLUSÃO	171
7. REFERÊNCIAS	174

1. INTRODUÇÃO

“Contracts help us to be cooperative and trusting when we may otherwise be disobliging and distrusting.”¹

A afirmação acima foi extraída do “*background summary*” apresentado pelo comitê responsável pela entrega do Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel para o ano de 2016, por ocasião da atribuição da honraria aos estudos de Oliver Hart e Bengt Holmström e suas respectivas contribuições à Teoria dos Contratos. Por sua vez, no ano de 2017 a mesma láurea coube à Richard Thaler, por seus estudos a respeito da economia comportamental e como fatores psicológicos influenciam as pessoas na tomada de decisões

Nesse ponto, ainda que o presente estudo não tenha como propósito específico discutir os estudos de Hart, Holmström ou Thaler sua correlação com o tema proposto evidencia a atualidade e relevância da discussão que se propõe, considerando uma sociedade pautada pela liberdade, que permite aos seus indivíduos a busca independente por seus interesses.

Ademais, levando em conta que hodiernamente as interações sociais ocorrem de forma cada vez mais imediata e especializada, conclui-se que o atingimento desses anseios individuais exige, em quase a totalidade dos casos, a interação ativa entre diversos agentes, mesmo se consideradas as necessidades mais básicas, sendo típico da natureza humana traçar objetivos e almejar resultados em um ambiente de trocas que exclui o altruísmo propriamente dito. Aquele que presta serviços ou entrega bens necessários, o faz o faz para atingir seus próprios objetivos.

Entretanto, diante da impossibilidade jurídico-moral de sobreposição dos interesses individuais distintos, torna-se evidente a necessidade de interações sociais tendo por meio trocas voluntárias, coordenadas e pautadas pelo exercício da autonomia privada com vistas à obtenção de vantagens que não seriam atingíveis se as pessoas agissem isoladamente. Conforme ensina BETTI (1994), “[l]’iniziativa individuale è il congegno motore di ogni consapevole regolamento d’interessi privati”.²

¹ ELLINGSEN, Tore, PERSSON, Torsten; PERSSON, Mats. *Contract Theory*. The prize in economic sciences 2016, popular science background. The Royal Swedish Academy of Sciences, 2016. p.1

² BETTI, Emilio. *Teoria generale del negozio giuridico*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1994. p. 40.

Dessa forma, objetivando a análise das relações complexas em ambiente econômico flagrantemente dinâmico, buscaremos o arcabouço teórico Análise Econômica do Direito, firmando base nos precursores estudos de COASE, passando pelo rompimento dos pressupostos da Economia Neoclássica para a consagração da importância das instituições e a relevância dos custos de transação nas escolhas contratuais dos agentes econômicos.

Ademais, sob tal ponto de vista doutrinário, mais do que discutir princípios, o presente trabalho buscará estudar o contrato e as relações contratuais como instrumentos para a regular e voluntária circulação de bens e riquezas, e terá com pano de fundo a busca pela eficiência econômica das relações com fundamento nos princípios e preceitos jurídico-institucionais.

De igual sorte, salienta-se a figura do contrato incompleto como instrumento de meio à formalização da relação jurídica que não traz em seu corpo as premissas e pormenores econômicos que balizaram a negociação, efetivação, validação e conclusão do negócio jurídico, tampouco apresentam todos os remédios aplicáveis a possíveis eventos supervenientes que resultem na alteração das circunstâncias que *ab initio* deram início ao vínculo contratual, ponderando como essa incompletude, aliada à larga utilização de normas principiológicas, tem dado margem à proliferação de decisões judiciais pautadas, ainda que involuntariamente, na imposição de convicções pessoais dos magistrados, resultando a busca jurisdicional por equivalência em manutenção, ampliação ou inversão das desigualdades que se pretende combater.

Por sua vez, abordaremos como as questões pertinentes à assimetria de informações tendem a reduzir a eficiência dos contratos, sujeitando as próprias partes aos efeitos negativos dessa situação, frente às limitações impostas ao Magistrado que busca a solução de uma eventual lide baseando-se na leitura de argumentos naturalmente enviesados, quando deveria atuar tal como o estado da natureza.

Vale destacar, entretanto, que apesar da vasta bibliografia relacionada a autores com formação em ciências econômicas, as premissas do estudo não se confundem com a intenção de adentrar nos pormenores subjetivos decorrentes da razão individual que leva alguém a contratar, posto que irrelevantes ao tema.

O que se busca é a identificação e o reconhecimento da necessidade de manutenção da realidade econômica particular das relações comerciais,³ como instrumento de

³ FRANCO, Vera Helena de Mello. Os contratos empresariais e seu tratamento após o advento do Código Civil de 2002 *in* Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, vol. 151/152. Malheiros Editores, jan./dez. 2009. p. 43

consolidação da segurança jurídica necessária ao desenvolvimento econômico eficiente, em que não se utilize bens escassos que levem à má alocação.

O contratante permeia a inserção dos requisitos formais de validação da contratação com as bases econômicas da relação que está surgindo, se renovando ou se encerrando. É ao se debruçar sobre os aspectos econômicos que as partes identificam suas necessidades jurídicas, na medida em que o contrato visto como instrumento da circulação de bens ou de riquezas⁴ tende a existir somente se a contratação for capaz de proporcionar ganhos de eficiência, em maior ou menor grau, para ambas as partes.

Vista a abrangência do assunto e sua evidente correlação com as questões que permeiam a tomada de decisões entre partes contratantes, bem como os reflexos que uma decisão judicial pode gerar, o presente tema envolverá princípios ligados ao estudo da Economia, no ponto em que estes venham a produzir efeitos na esfera do Direito ou dele sejam base.

Isto posto, serão apresentadas ao longo do texto ponderações acerca da revisão judicial dos contratos, notadamente no que se relaciona ao instituto da onerosidade excessiva, tendo-se em mente que a eventual concretização desta intervenção pode ser considerada inoportuna na medida em que não leva em consideração as bases que permearam a celebração do contrato ou os usos e costumes pertinentes ao ambiente econômico em que se situa.

Para tanto, optou-se por dividir o presente estudo em três partes fundamentais: Na primeira abordaremos os aspectos relativos à interdisciplinaridade entre direito e economia, solidificando os conceitos que serão utilizados ao longo do texto, concebendo o contrato como instrumento para circulação de riquezas, apresentando as noções de eficiência e utilidade, bem como as questões envolvendo os contratos incompletos.

Na segunda parte, composta por dois capítulos, analisaremos os temas correlatos às regras de interpretação dos contratos celebrados entre partes empresárias e os fundamentos para sua revisão judicial, adentrando, nesse ponto, nas teorias consagradas pelo direito estrangeiro, notadamente o alemão, o francês e o italiano, escolhidos em função da influência que exerceram na elaboração do ordenamento jurídico pátrio.

Na terceira e última parte entraremos, enfim, na razão de ser do presente estudo, qual seja a identificação dos parâmetros que devem ser observados para revisão judicial dos

⁴ Enzo Roppo identifica que o contrato é o instrumento básico técnico-jurídico da circulação de bens ou de riquezas. (ROPPO, Enzo. *Contratos*. Coimbra, Livraria Almedina 2009, p. 7-15)

contratos interempresariais, pontuando os parâmetros que deveriam ser obedecidos em eventual pedido de revisão contratual, caminhando pelos problemas relacionados aos conceitos legais indeterminados que lhe dão suporte, bem como apresentando as questões relativas às cláusulas de imposição de um dever para renegociação e aos contratos celebrados entre partes economicamente desiguais, trazendo também ao conhecimento do leitor a teoria da quebra eficiente dos contratos e casos práticos que a ela podem ser relacionados.

Sendo o que havia para adiantarmos, passo seguinte é a leitura do estudo propriamente dito.

6. CONCLUSÃO

A leitura do presente trabalho nos leva a tirar algumas conclusões relevantes, sendo possível até mesmo organizá-las em sentido semelhante à estrutura com que o mesmo foi apresentado.

Primeiramente, destaca-se a importância do estudo conjunto do Direito e da Economia, cujos fundamentos teóricos nos trazem ferramentas hermenêuticas poderosas para melhor compreensão dos fenômeno do tráfico mercantil. A constatação do contrato como instrumento para circulação de riquezas e alocação de riscos nos auxilia a despejar fundamentos racionais econômicos que descolam a relação contratual como usualmente é vista pelo mundo jurídico, lançando-a no mundo real. De igual forma, as ponderações que o Direito faz em relação a sanha maximizadora dos economistas ajuda a melhor balizar as interações sociais, evitando eventuais abusos.

Ademais, o reconhecimento da racionalidade limitada dos indivíduos acaba nos levando à identificação do fenômeno dos contratos incompletos como “regra” dos acordos instrumentalizados, notadamente em razão das dimensões de hipercomplexidade que os negócios jurídicos entre partes empresárias têm tomado em uma sociedade cada vez mais dinâmica e globalizada, passando a nos questionar, então, em que sentido tal incompletude pode impactar as partes, especialmente quando a integração das lacunas é colocada a cargo de um terceiro completamente alheio à relação contratual e que tende a ignorar (involuntariamente, ou não) as razões econômicas que levaram os contratantes a encetar o pacto com aquele *design* específico.

Nesse ponto, o reconhecimento da limitação cognitiva do próprio julgador começa a tornar cristalina a importância da autonomia privada para segurança jurídica dos agentes econômicos, apontando que, além do respeito ao livre exercício da atividade empresarial (cujo limite só deveria ser imposto através de regras de intervenção claras e estáveis), a estabilidade do tráfico mercantil depende historicamente dos usos e costumes como fonte de Direito, tornando flagrante sua relevância para interpretação ou integração contratual, agindo, também, como norma supletiva das relações *inter partes*, sendo certo que dada importância não pode ser ignorada pelo intérprete caso a derradeira saída para resolver um conflito contratual seja submetê-lo ao crivo do Poder Judiciário.

Outrossim, muito embora seja evidente termos apresentado ressalvas quanto a

possibilidade de revisão dos contratos (principalmente quando pautada em argumentos de onerosidade excessiva), procuramos fazê-lo de forma não superficial, sem meramente execrar o instituto em cega defesa do *pacta sunt servanda*. Passo preliminar para esse cuidado foi reconhecer a importância histórica das teorias revisionistas e seu desenvolvimento de acordo com os ideais libertários que, ora em maior, ora em menor grau, foram ao longo dos séculos permeando as legislações alemã, francesa e italiana, estudadas em função da influência que tiveram na formação do ordenamento jurídico pátrio.

Isto posto, tendo sido reconhecida a impossibilidade de ignorarmos o instituto da revisão judicial, por que expressamente recepcionada no artigo 478 do Código Civil vigente, tratamos de tentar impor-lhe limites trabalhando os conceitos legais indeterminados “*excessivamente onerosa*”, “*extrema vantagem*” e “*acontecimentos extraordinários e imprevisíveis*”, para que ficasse claro que a opção do legislador em utilizá-los teve como intenção não restringir a aplicação do instituto a casos específicos, apontando que a elasticidade hermenêutica das expressões não constitui autorização tácita para que o magistrado decida as celeumas contratuais que lhe são apresentadas com base em convicções e valores pessoais.

Por sua vez, concatenando os conceitos trabalhados foi possível concluir que essa vedação à interpretação extensiva e baseada em critérios subjetivos encontra seus limites na boa-fé objetiva, que deve pautar as relações entre agentes econômicos, e nos *usos do lugar de sua celebração*, conforme preceitua o artigo 113 do Código Civil, sendo esse último elemento relevante para identificar se o evento superveniente que resultou no desequilíbrio entre prestação e contraprestação era, de fato, extraordinário e imprevisível ou se o profissional afetado deixou de cumprir com o dever de se informar para mitigar os riscos da relação em que estava ingressando, não agindo com a diligência que o mercado onde atua exigia.

Dessa forma, configurada a falta de diligência não caberia a revisão contratual nos moldes do artigo 478 do Código Civil, posto entendermos que agentes econômicos ineficientes devem permanecer fora do mercado em função da sua própria ineficiência, não cabendo ao Poder Judiciário inadvertidamente protegê-los ou, ainda, legitimar pedidos revisionais oportunistas, sob pena de trazer insegurança jurídica e prejudicar o fluxo das relações econômicas como um todo.

Ademais, entendemos que uma vez constatada a extraordinariedade do evento e a consequente hipótese de onerosidade excessiva, diante de um pedido resolutório caberia ao

juiz julgador tão somente resolver o contrato, repudiando qualquer tentativa de imiscuir-se no vínculo *sub judice* e assim propor revisões ou adaptações, vez que tais medidas poderiam surtir efeito oposto, impondo às partes ônus adicionais que não deveriam suportar, contrariando a autonomia privada que deve ser corolário das relações entre agentes econômicos.

Não obstante nosso entendimento, adicionalmente o estudo permitiu mostrar que há na doutrina quem entenda pela imposição de um dever de renegociar, nos moldes das cláusulas de *hardship*, cada vez mais comuns nos contratos internacionais. Entretanto, discordando a respeito da funcionalidade desse dever nos contratos celebrados sob a égide da legislação brasileira, demonstramos que o Código Civil vigente já prevê, em seu artigo 479, a forma em que pode se dar a renegociação nas demandas resolutórias, sendo de pouco efeito prático a imposição de um dever legal adicional nesse sentido, lembrando, sempre, que sob a tutela da autonomia da vontade podem as partes buscar a composição da disputa, seja para readequar o equilíbrio contratual, seja para encerrá-lo, tendo como norte a redução dos custos de transação correlatos à manutenção de um processo judicial.

Por fim, evidenciamos a impossibilidade da revisão judicial dos contratos entre partes empresárias economicamente desiguais ser efetuada com base no Código de Defesa do consumidor, como defende parte da doutrina, uma vez que a razão de ser de referido diploma legal não possui qualquer relação com o exercício da atividade mercantil, apresentando em seguida a teoria da quebra eficiente dos contratos, pautada em visão puramente econômica para sustentar que o cumprimento das obrigações contratadas só faz sentido se for capaz de produzir resultados ótimos, permitindo o rompimento do vínculo se tal medida proporcionar resultados melhores do que aqueles que seriam obtidos por meio da execução esperada do contrato, apresentando as críticas e casos práticos pertinentes, que demonstram que a utilização da teoria, na prática, é bastante complicada.

Note-se que os temas abordados para elaboração da presente dissertação relacionam-se de forma quicá sinfônica, destacando que cada um dos tópicos apresentados possui material doutrinário suficiente para, individualmente, compor um novo estudo tão, ou mais, extenso do que esse, sendo certo que a forma com que foram aqui apresentados teve por escopo primordial trazer ao leitor conceitos suficientes à análise crítica dos limites da revisão judicial dos contratos combinando, de um lado, os limites impostos pelo Direito e, de outro, o racional pragmático da Economia.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Extinção dos Contratos por incumprimento do devedor*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aide Editora, 2003.

AKERLOF, George Arthur. *The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism*. The Quarterly Journal of Economics. vol. 84, n.3. ago 1970. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/1879431?seq=1#page_scan_tab_contents > Acesso em 25 set 2016

ALPA, Guido. *Manuale di Diritto Privato*. Padova: Cedam, 2005. p. 12.

ALVIM, Eduardo Arruda; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; ROSAS, Roberto. (Coord). *Aspectos controvertidos do novo código civil: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves*. São Paulo : ed. Revista dos Tribunais, 2003

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ANTUNES VARELA, João de Matos. *Direito das Obrigações*. 1.ed. v.1. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

ARAÚJO, Fernando. *Teoria Económica do Contrato*. Lisboa, Almedina, 2007.

ASCARELLI, Tulio. *Panorama do direito comercial*. Sorocaba: Minelli, 2007.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Diálogos com a doutrina: entrevista com Antonio Junqueira de Azevedo. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*. v. 9, n. 34. Rio de Janeiro: Padma, abr./jun. 2008.

_____. Relatório Brasileiro sobre a revisão contratual apresentado para as jornadas brasileiras da associação Henri Capitant. In: AZEVEDO, Antonio Junqueira. *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARRETO FILHO. Oscar. *Teoria do estabelecimento comercial*. São Paulo: Max Limonad, 1969.

BAZERMAN, Max Hal; SCHOORMAN, F. David. A limited rationality model of interlocking directorates. *The Academy of Management Review*, v. 8, n. 2, p. 206-217, Apr. 1983.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; PEDROSO, Eugênio Avila Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 14, n. 2, maio-ago 2007. p. 313. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf> > Acesso em: 12 nov 2017

BELLANTUONO, Giuseppe. *Analisi economica del diritto*. Trento: Uni-service, 2005.

_____. *I contratti incompleti nel diritto e nell'economia*. Milão: Cedam, 2000.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. *O conceito jurídico de consumidor*. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 77, n. 628, p. 69-79, fev. 1988. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/8866>>. Acesso em: 12 out 2017

BENSON, Bruce L. The spontaneous evolution of commercial law. *Southern Economic Journal*. v. 55, n.3. jan 1989, p. 650. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1059579>> Acesso em 17.11.2017

BESSONE, Mario. *Adempimento e rischio contrattuale*. Milão: Giuffré, 1975.

BETTI, Emilio. *Teoria generale del negozio giuridico*. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1994.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código civil anotado*, vol. 4, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

_____. *Código Civil Brasileiro: trabalhos relativos á sua elaboração*. v.1 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p.38. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14356>> Acessado em 25.12.2017.

BIRMINGHAM, Robert L. *Breach of Contract, damage measures, and economic efficiency*. Rutgers Law Review, vol. 24. 1970. Disponível em <<https://www.repository.law.indiana.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=2703&context=facpub>>

BORGES, Nelson. *A teoria da imprevisão no direito civil e no processo civil: com referências ao Código Civil de 1916 e ao novo código civil*. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

BUCAR, Daniel; MUCILO, Daniele de Carvalho. Situações jurídicas patrimoniais: funcionalização ou comunitarismo? In: *Revista Brasileira de Direito Civil*. Vol. 6. Instituto Brasileiro de Direito Civil, out-dez 2015.

CABALLERO GARCÍA, José. La Teoría de la justicia de John Rawls. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana, vol. 1, n. 2, 2006.

CALABRESI, Guido. *Commentary on Some Thoughts on Risk Distribution and the Law of Torts*. The Yale Law Journal. Vol.100: 1449. Janeiro 1991.

CATEB, Alexandre Bueno; GALLO, José Alberto Albeny. *Breves considerações sobre a teoria dos contratos incompletos*. Artigo apresentado na XI Conferência Anual da Associação Latino-Americana e do Caribe de Direito e Economia 2007. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/1bw6c8s9>> Acesso em: 11 nov. 2017

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 3. ed., 2004.

COASE, Ronald Harry. *The firm, the market and the law*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

_____. *The nature of the firm*. *Economica*, v. 4, 1937. Disponível em: <<https://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>> Acessado em 13 ago 2017.

_____. *The Problem of Social Cost*. *Journal of Law and Economics*. V.3. Chicago: The University of Chicago Press. Outubro 1960. Disponível em: <<http://econ.ucsb.edu/~tedb/Courses/UCSBpf/readings/coase.pdf>> Acesso em 07 ago de 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. vol. III. São Paulo: Saraiva, 2013.

COGO, Rodrigo Barreto. *A frustração do fim do contrato*. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. 2005.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. *Direito & economia*. 5. ed. Tradução: Luis Marcos Sander, Francisco Araújo da Costa. Porto Alegre: Bookman, 2010.

_____. *Law and the Imperialism of Economics: an introduction to the Economic Analysis of Law and a Review of the Major Books*. Berkley Law Scholarship Repository, 1981.

CORDEIRO, Antonio Manuel da Rocha e Menezes. *Da Boa fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 1997.

DEQUECH, David. Bounded rationality, institutions, and uncertainty. *Journal of Economic Issues*, v. 35, n. 4, dez. 2001. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/4227723?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 10 dez 2017

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2008.

ELLINGSEN, Tore, PERSSON, Torsten; PERSSON, Mats. *Contract Theory*. The prize in economic sciences 2016, popular science background. The Royal Swedish Academy of Sciences, 2016.

ENGRÁCIA ANTUNES, José Augusto Quelhas Lima. A “consuetudo mercatorum” como fonte do direito comercial. *Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro*. São Paulo, v. 46 n. 146, abr./jun. 2007.

_____. *Contratos Comerciais: Noções Fundamentais*. In: *Direito e Justiça: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa*, volume especial. Lisboa: Universidade Católica Editora Unipessoal, 2007.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim; SAES, Maria Sylvia Macchinode. *Competitividade: mercado, estado e organizações*. São Paulo: Singular, 1997.

FARNSWORTH, Allan. *Contracts*. 4. ed. New York: Aspen, 2004.

FEITOSA, Maria Luiz Pereira de Alencar Mayer. *Paradigmas Inconclusos: os contratos entre a autonomia privada, a regulação estatal e a globalização dos mercados*. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

FERREIRA, Eduardo Oliveira. A desvalorização dos usos e costumes como fontes do direito e suas implicações no direito comercial brasileiro. *Ciência jurídica*. [s.l.], v. 23, n. 146, mar./abr. 2009.

FERREIRA, Valdemar. *Tratado de Direito Comercial*, 4º v. São Paulo: Saraiva, 1966.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos custos de transação. In KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia Industrial*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FORGIONI, Paula Andrea. *A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. A interpretação dos negócios empresariais no novo código civil brasileiro. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, v. 42, n. 130, abr./jun. 2003.

_____. Os Fundamentos do Antitruste. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Teoria Geral dos Contratos empresariais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Os contratos empresariais e seu tratamento após o advento do Código Civil de 2002. In *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, vol. 151/152. Malheiros Editores, jan./dez. 2009. p. 43

_____. *Teoria Geral do Contrato, confronto com o direito europeu futuro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FRANTZ, Laura Coradini. *Revisão dos Contratos: elementos para sua construção dogmática*. São Paulo: Saraiva, 2007.

GALGANO, Francesco. *História do direito comercial*. Lisboa: Editores, 1990.

GARCIA, Ricardo Lupion. *Interpretação dos contratos empresariais: sem fobia e sem idolatria*. Revista AJURIS. v. 41. n. 135, setembro 2014. Disponível em < www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/download/342/277 > Acesso em 21 dez 2017

GOETZ, Charles. J.; SCOTT, Robert E. *Liquidated Damages, Penalties and the Just Compensation Principle: Some Notes on an Enforcement Model and a Theory of Efficient Breach*. Columbia Law Review, Vol. 77, No. 4, 1977.

GOMES, Júlio. Cláusulas de Hardship. In MONTEIRO, António Pinto (Coord.). *Contratos: Actualidades e Evolução*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1997.

GOMES, Orlando. *Contratos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. *Contrato de Adesão*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1972.

GORDON, Robert W. *Macaulay, Mcneil and the Discovery of Solidarity and Power in Contract Law*. Faculty Scholarship Series. Paper 1367. Winsconsin Law Review. 1985, Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2362&context=fss_papers < Acesso em 20 nov 2017.

GRAU, Eros Roberto. *O Direito posto e o Direito pressuposto*. 1. ed., 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GUERINONI, Ezio. *Incompletezza e completamento del contratto*. Milano: Giuffrè, 2007.

HIRSCH, Werner Zvi. *Law and Economics: an introductory analysis*. 2.ed. Boston: Academic Press, 1988.

KHALIL, Elias L. After the special nature of the firm: beyond the critics of orthodox neoclassical economics. In GROENEWEGEN, John (Ed.). *Transaction cost economics and beyond*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1996. Disponível em < https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-94-009-1800-9_15 > Acesso em 16 ago 2017.

LARENZ, Karl. *Base del negocio jurídico y cumplimiento de los contratos*[Texte imprimé]. 1. vol. Traducción de Carlos Fernández Rodríguez; edición al cuidado de José Luis Monereo Pérez. Granada: Editorial Comares, 2002.

LISBOA, José da Silva. Princípios de direito mercantil e leis da Marinha. 6. Ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1874, p. 504 *apud* FORGIONI, Paula Andrea. *Teoria Geral dos Contratos empresariais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

LIRA, José-Ricardo Pereira. A Onerosidade Excessiva no Código Civil e a Impossibilidade de Modificação Judicial dos Contratos Comutativos sem Anuência do Credor. *Revista de Direito Renovar*, vol. 44-45, 2009.

LOPES, Christian Sahb Batista. *Mitigação dos prejuízos no direito contratual*. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPEZ, Teresa Ancona. Princípios Contratuais. In: FERNANDES, Wanderley (coord.). *Contratos Empresariais: fundamentos e princípios dos contratos empresariais*. São Paulo: Saraiva, 2007

LORENZENTTI, Ricardo Luis. *Tratado de Los Contratos*. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni, 2010.

LOTUFO, Renan. Teoria Geral do Contratos. In LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore, (coord). *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Atlas, 2011.

LUDWIG, Marcos de Campos. *Usos e Costumes no Direito Obrigacional*: fundamentos e aplicação em face do novo código civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MAACKEY, Ejan. *Good Faith in civil Law systems*: a legal-economic analysis. Montreal, December 2011. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1998924>, acessado em 10 jul 2016.

MADUREIRA, Maiara. *Limitações à autonomia privada nos estatutos das companhias abertas*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MAIA, Antônio Carlos de Souza Cavalcanti. Espaços públicos e direitos humanos: considerações acerca da perspectiva Habermasiana. *Revista Direito, Estado e Propriedade*. Departamento de Direito da PUC-Rio, n. 11º. 1997.

MARTINS, Fran. *Contratos e obrigações comerciais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MARTINS-COSTA, Judith Hofmeister. *A boa-fé como modelo* (uma aplicação da Teoria dos modelos, de Miguel Reale). Texto originalmente apresentado, com o título "A Boa-fé como Modelo (notas para a compreensão da boa-fé obrigacional como modelo doutrinário e jurisprudencial no Direito Brasileiro)" ao Convegno La formazione del sistema giuridico latinoamericano: codici e giuristi, Amalfi, abril de 2001. Disponível em <www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/download/49203/30834> Acesso em 26 jul 2016

_____. *A boa-fé no direito privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. A boa-fé objetiva e o adimplemento das obrigações. In: *Revista Brasileira de Direito Comparado*. Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro: Rio de Janeiro, 2004.

_____. A revisão dos contratos no código civil brasileiro. *Rivista di Diritto Dell'Integrazione e Unificazione del diritto in Europa e in América Latina*, n. 16, 2003.

_____. Contratos. Conceito e Evolução. In LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore, (coord). *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *O Direito Privado como um "sistema em construção"*: as cláusulas gerais no projeto do código civil brasileiro. Brasília a. 35 n. 139 jul./set. 1998.

MARQUES, Cláudia Lima. A Cláusula de Hardship e a Obrigação de Renegociar nos Contratos de Longa Duração. *Revista de Arbitragem e Mediação*. v. 25, Abr., 2010.

_____. A chamada nova crise do contrato e o modelo de direito privado brasileiro: crise de confiança ou de crescimento do contrato?. In MARQUES, Cláudia Lima

(coord.). *A nova crise do contrato, Estudos sobre a nova teoria contratual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MEKKI, Mustapha; PELESE, Martine Kloefer. *Hardship and modification (or 'Revision') of the Contract*. 2010. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1542511> Acessado em 23 dez 2017.

MELLO, Adriana Mandim Theodoro de. A função social do contrato e o princípio da boa-fé no Código Civil brasileiro. *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, v.3. n. 16. Porto Alegre, mar./abr. 2002.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. *Tratado De Direito Commercial Brasileiro*, v. VI, 1ª parte. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1962.

MERCURO, Nicholas e MEDEMA, Steven G. *Economics and the Law: from Posner to post-modernism*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

MICELI, Thomas. J. *The economic approach to law*. 2.ed. Stanford: Stanford Economics and Finance, 2009.

MIGUEL, Paula Castello. *Contratos entre empresas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MONTEIRO, Antonio Pinto. Cláusulas limitativas e de exclusão de responsabilidade civil. Coimbra: Almedina, 2003. p. 44.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1966. v. 1. p.23-24

MORAES, Renato José de. *Cláusula Rebus Sic Stantibus*. São Paulo: Saraiva, 2001.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. *Empresa contemporânea e direito societário: Poder de Controle e Grupos de Sociedades*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

NATAL, Tatiana Esteves. A teoria dos contratos incompletos e a natural incompletude do contrato de concessão. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://anape.org.br/site/wpcontent/uploads/2014/01/004_056_TATIANA_ESTEVES_NATAL_10082009-17h08m.pdf> Acesso em 10 dez 2017

NEGREIROS, Teresa. *Teoria do contrato: novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

NORTH, Douglass. Economic performance through time. *The American Economic Review*, n. 84, n. 3, jun de 1994.

NORTH, Douglass C. *Transactions Costs, Institutions and Economic Performance*. San Francisco: International Center for Economic Growth Press. 1992. p. 9

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PARENTE, Flávia. O dever de diligência dos Administradores de Sociedades Anônimas. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

PARGENDLER, Mariana; SALAMA, Bruno Meyerhof. *Law and Economics in the civil law world: the case of the Brazilian courts*. Paper n. 117. Research Papers Series - Legal Studies. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13790/RPS%20117.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 09 ago. 2017

PELA, Juliana Krueger. *Inadimplemento eficiente (efficient breach) nos contratos empresariais*. Revista Jurídica Luso-Brasileira, v. 1, 2016.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Integração de contratos incompletos*. 2013. Tese (Livre Docência em Direito Privado e Processo civil) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013. p.263.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil, Declaração unilateral de vontade e Responsabilidade civil*. vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PERLINGIERI, Pietro. O Direito Civil na Legalidade Constitucional. Tradução Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. *Il diritto dei contratti fra persona e mercato. Problemi del diritto civile*. Naples: Scientifiche Italiane, 2003.

PESSALI, Huáscar Fialho. *Teoria dos Custos de Transação: uma avaliação à luz de diferentes correntes do pensamento econômico*. 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Economico), Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

PINDYCK, Robert Stephen; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 6.ed. Tradução de Eleutério Prado, Thelma Guimarães; revisão técnica de Angelo Costa Gurgel, Edgard Monforte Merlo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PINHEIRO, Armando Castelar. *Segurança jurídica, crescimento e exportações*. Texto para discussão n. 1125. Rio de Janeiro: Revista do IPEA, out. 2005, p. 7 Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1125.pdf> Acesso em: 11 nov 2017

POHLMANN, Marcelo Coletto. et al. Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. In *Revista Contabilidade & Finanças*. Universidade de São Paulo, São Paulo, Edição Especial, 30 junho 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v15nspe/v15nspea02.pdf>> Acesso em 03 set 2017

POLINSKY, Alan Mitchell. *An introduction to law and economics*. 2 ed. New York: Aspen, 1989.

POSNER, Eric Andrew. Economic Analysis of Contract Law after Three Decades: Success or Failure? *Chicago Law & Economics, Olin Working Paper*, nº 146, 2002. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=304977>. Acesso em: 01 out. 2017.

POSNER, Richard Allen. *Economic Analysis of Law*. 8.ed. New York: Aspen Publishers, 2011.

_____. *The Economic Approach to Law*. Chicago Unbound. University of Chicago Law School, 1975.

_____. *A economia da justiça*. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. Revisão da tradução de Aníbal Mari. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. *Autonomia Privada e Análise Econômica do Contrato*. São Paulo: Almedina, 2017.

REZENDE, Christiane Leles. *Pacta sunt servanda? Quebra dos contratos de soja verde*. 2008 Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIPERT, Georges. *La règle morale dans les obligations civiles*. 3.ed. Tradução da terceira edição francesa por Osório de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1937.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos: Lei nº 10.406, de 10.01.2002*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ROBBINS, Lionel, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. The Concise Encyclopedia of Economics. Disponível em: <http://www.econlib.org/LIBRARY/Enc/bios/Robbins.html> Acesso em 15 ago 2017.

RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Liuz. *Revisão Judicial dos contratos: autonomia da vontade e teoria da imprevisão*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.20

ROPPO, Vincenzo. *Il Contratto*. Milano, Giufrè, 2001.

ROSA, Alexandre Morais da. *O giro econômico da hermenêutica do Supremo Tribunal Federal já chegou*. Revista Consultor Jurídico, 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-fev-07/diario-classe-giro-economico-hermeneutica-supremo-chegou> Acesso em: 08 ago. 2017

SALAMA, Bruno Meyerhof. *Direito, justiça e eficiência: a perspectiva de Richard Posner*. Formalismo, Dogmática Jurídica e Estado de Direito: um debate sobre o direito contemporâneo a partir da obra de Tercio Sampaio Ferraz Jr. Fundação Getúlio Vargas. Ago 2008.

_____. *O que é pesquisa em Direito e Economia?* In Cadernos Direito GV, Estudo 22. v.5 n.2 estudo 22, mar 2008.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial: as condutas*. 1.ed. 2.tir São Paulo: Malheiros, 2007.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHÄFER, Hans-Bernd; AKSOY, Hüseyin Can. *Good Faith*. Setembro 2014. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=2495312>> Acesso em 11 jul 2016.

SCHÄFER, Hans-Bernd; OTT, Claus. *The Economic Analysis of Civil Law*. Tradução de Matthew Braham. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

SCHREIBER, Anderson. Função Social da Propriedade na Prática Jurisprudencial Brasileira. In: *Direito Civil e Constituição*. São Paulo: Atlas, 2013.

SHAVELL, Steven. *Foundations of economic analysis of law*. Cambridge, Mass: Bellknap, 2004.

SIDOU, José Maria Othon. *A revisão judicial dos contratos e outras figuras jurídicas: a cláusula rebus sic stantibus*. Dos efeitos da fiança. Empresa individual de responsabilidade limitada. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

SILVA, Adilson Aderito da; BRITO, Eliane Pereira Zamith. *Incerteza, Racionalidade Limitada e Comportamento Oportunista*. Revista de Administração Mackenzie, v. 14, n. 1 • São Paulo, jan./fev. 2013

SIMON, Herbert Alexander. *A racionalidade do processo decisório em empresas*. Rio de Janeiro: Multipl. v. 1, n. 1, 1980.

SZTAJN, Rachel. A incompletude do contrato de sociedade. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 99, p. 286, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67626>>. Acesso em: 02 out. 2017

_____. Análise Econômica do Direito e das Organizações. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. (Org.). *Direito & economia: análise econômica do direito e das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. Externalidades e custos de transação: a redistribuição de direitos no Código Civil. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, v. 43, nº 133, p. 7-31, jan.-mar./2004.

_____. Função social do contrato e o direito de empresa. *Revista de Direito Mercantil, Industrial Econômico e Financeiro*. n. 139. São Paulo: Malheiros. Jul/set 2005.

_____. Law and Economics. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. (Org.). *Direito & economia: análise econômica do direito e das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. Supply chain e incompletude contratual. *Systemas: Revista de Ciências Jurídicas e Econômicas*, Campo Grande. v. 1. n. 1., p. 14, 2009. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12641767/supply-chain-e-incompletude-contratual-systemas-revista-de->>. Acesso em: 10 nov. 2017

_____; GORGA, Érica. Tradições do Direito. In ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel, (org). *Direito & Economia: análise economica do direito e das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____; ZYLBERSZTJAN, Decio; AZEVEDO, Paulo Furquim. Economia dos Contratos. In ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel, (org). *Direito & Economia: análise economica do direito e das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

THEODORO JÚNIOR. Humberto. *O contrato e sua função social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TIMM, Luciano Benetti. Entrevista para: COURA, Kalleo. Análise Econômica do Direito chega aos tribunais do país. Jota, 2017. Disponível em: <https://jota.info/especiais/analise-economica-do-direito-chega-aos-tribunais-do-pais-01072017> Acesso em: 08 ago. 2017

TIMM, Luciano Benetti. Função Social do Direito Contratual no Código Civil Brasileiro: Justiça Distributiva vs. Eficiência Econômica. *Revista dos Tribunais*. Vol. 876, São Paulo: out. 2008.

THEODORO JÚNIOR. Humberto. *O contrato e sua função social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. *Informação Assimétrica, Custos de Transação, Princípio da Boa-fé*. Tese (Doutorado em Direito Civil). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2007.

TRIMARCHI, Pietro. *Rischio e Responsabilita Oggetiva*. Milano, A. Giuffre, 1961.

TRINDADE, Manuel Gustavo Neubarth. *Direito Contratual Como Redutor das Falhas de Mercado*. Porto Alegre, 2013.

VENEZIANO, Anna. *UNIDROIT Principles and CISG: Change of Circumstances and Duty to Renegotiate according to the Belgium Supreme Court*. Uniform Law Review, 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: parte geral*. vol. 1. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Direito Civil, Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos*. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.

VERÇOSA. Haroldo Malheiros Duclerc. *Contratos Mercantis e a Teoria Geral dos Contratos*. Quartier Latin: São Paulo, 2010.

_____. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Malheiros, 2004, 4 v. 2011.

WALRAS, Léon. *Elements of pure economics, or, the theory of social wealth*. Traduzido por William Jaffé. Philadelphia: Orion Editions, 1984.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: Free Press, 1975. p.26

_____. Por que Direito Economia e Organizações? In ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel, (org). *Direito & Economia: análise economica do direito e das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 21-22

_____. *The Economics of Organization: the transaction cost approach*. American Journal of Sociology, Vol. 87, Issue 3, nov 1981. Disponível em <https://www2.bc.edu/candace-jones/mb851/Feb19/Williamson_AJS_1981.pdf> Acesso em: 23 ago 2017.

_____. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting* New York: Free Press, 1985. p. 47

_____. *Transaction cost economics: an introduction*. 2007. Disponível em: <<http://www.economics-ejournal.org/economics/discussionpapers/2007-3>>. Acesso em: 10 dez 2017

YAMASHITA, Hugo Tubone. *A alteração das circunstâncias fáticas nos contratos interempresariais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Organização ética: um ensaio sobre comportamento e estrutura das organizações. *Revista de Administração Contemporânea*. v.6, no.2, Ago 2002 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v6n2/v6n2a08.pdf>> Acesso em: 15 ago 17